

AJ02852

Tarso considera 'grave' crime organizado no ES

Ministro da Justiça diz que atuará com rigor e que ninguém está acima da lei

ANDRÉIA LOPES

O ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que esteve ontem em Vitória, considerou "grave" e "preocupante" a atuação do crime organizado no Espírito Santo. O Ministério da Justiça, segundo Paulo de Tarso, não medirá esforços para atuar com rigor e autoridades capixabas - alvos da maioria das informações recebidas pelo disquetagem da Polícia Federal - deverão ser investigadas pela missão especial. O ministro argumentou que ninguém está acima da lei.

O objetivo da missão especial, de acordo com Paulo de Tarso, é acabar com o crime organizado no Estado. Para atingir essa meta, o ministro admitiu que a decretação de prisões e a instauração de ações penais deverão ser medidas adotadas.

"Não importa se são autoridades ou cidadãos comuns. Estamos todos sujeitos à lei. Tenho certeza de que vamos conseguir um resultado alvissareiro aqui. O que vim transmitir à missão é a determinação do Governo federal em cumprir a lei. Não vamos desistir de maneira nenhuma de fazer as investigações", afirmou.

Intensa



Nestor Müller

Atividades

Paulo de Tarso (C) admitiu que serão pedidas prisões e instauradas ações penais



Nestor Müller

Instrução

O ministro também se reuniu com o grupo de elite que integra a missão especial federal

produzir resultados. Vamos adotar todas as medidas que estiverem ao alcance do estado de direito", assinalou.

da. Esperamos que seja dada a guarda que elas merecem", assinalou.

CÚPULA

Ministro discute ações na PF

O ministro Paulo de Tarso participou, na Polícia Federal, de uma reunião a portas fechadas com a cúpula da missão especial de combate ao crime organizado. Estiveram presentes o procurador-chefe da República no Espírito Santo, Henrique Herkenhoff; o delegado da Receita Federal no Espírito Santo, Caio Marcos Cândido; o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro; o superintendente da Polícia Federal, Tito Corrêa; o diretor do Departamento de Polícia Federal em Brasília, Armando Possa; entre outras autoridades. Possa, que era superintendente da Polícia Federal no Espírito Santo, acompanhou toda a visita do ministro ao Estado. Paulo de Tarso evitou dar declarações sobre o teor da conversa na Polícia Federal. "Vim transmitir a determinação do Governo federal em cumprir a lei", resumiu.

foram designados para investigar o crime organizado.

Paulo de Tarso chegou às 9 horas de ontem em Vitória e participou, no auditório da Rede Gazeta, de um seminário que debateu a situação das vítimas da violência no Estado. Em seguida, às 10h30, ele se reuniu na Polícia Federal com a cúpula que integra a missão espe-

Intensa

Paulo de Tarso disse que a situação de Estados como Rio de Janeiro e São Paulo também é grave, "mas que no Espírito Santo existem outros elementos preocupantes". "O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana revela o crime organizado atuando de forma muito intensa. É em função disso que está aqui uma missão especial e essa missão vai

Agentes usam fuzis na segurança

Um comboio formado por cinco viaturas da Polícia Federal, três carros e duas motos da Polícia Rodoviária Federal garantiu ontem a segurança do ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, durante sua visita a Vitória.

Em todo o trajeto - do Aeroporto à *Rede Gazeta*, em Vitória, da Polícia Federal, em Vila Velha, ao Palácio Anchieta e de lá retornando ao Aeroporto -, o ministro foi escoltado por 12 agentes federais, armados de pistolas e fuzis, além de oito policiais rodoviários federais.

O percurso também contou com ajuda de 14 agentes de trânsito da Prefeitura de Vitória, sendo dez a pé e quatro de motocicleta. "Nosso trabalho foi o de balizamento, durante o trajeto, facilitando o deslocamento da comitiva. O trabalho transcorreu normalmente, sem problema", garantiu o chefe da Divisão de Fiscalização de Trânsito, tenente José De Lucas.

O ministro da Justiça ficou com um agente federal em um dos carros descaracterizados da PF e os demais membros da comitiva foram em uma caminhonete Springer.

do de direito", assinalou.

Um dos principais assuntos tratados pelo ministro em sua visita ao Estado foi a proteção às pessoas que estão sob ameaça de morte. Uma lista com 55 nomes já foi enviada ao Ministério da Justiça, mas o número de ameaçados, segundo informações do Fórum Reage Espírito Santo, pode chegar a 68.

"A proteção dessas pessoas está sendo intensifica-

Prazo

Segundo Paulo de Tarso, os resultados da missão especial deverão ser divulgados antes mesmo dos 90 dias previstos. Se houver necessidade, o Governo federal poderá, ainda, reforçar a missão, enviando mais agentes e mais recursos para o Estado. Atualmente, 50 agentes, dois peritos, cinco delegados e cinco procuradores da República

que integra a missão especial de combate ao crime organizado. Às 12h30, o ministro se reuniu no Palácio Anchieta com o governador José Ignácio Ferreira (PTN).

Essa foi a primeira visita de Paulo de Tarso ao Espírito Santo. Ele foi nomeado para ocupar o ministério após a renúncia de Miguel Reale Júnior, que não aceitou o arquivamento do pedido de intervenção federal no Estado.

AS DECLARAÇÕES DO MINISTRO

CRIME

"Os homens de bem não podem se furtar, não vamos nos calar. Vamos construir juntos uma forma de reprimir o crime. O meu compromisso aqui não é retórico. É com a ação da missão especial. Vamos realizar um trabalho de esforço e esse esforço não será pequeno. Sou avesso a promessas. Gostaria de anunciar resultados, mas ainda não é possível"

COMBATE

"Não vamos combater o crime organizado se nos dividirmos. Vamos nos somar. É um compromisso que eu espero produza resultados a curto prazo. O combate à criminalidade é diuturno e tem que ter um programa de prevenção eficiente"

COMPROMISSO

"Prestamos o compromisso de o Governo federal estabelecer a ordem não só no Espírito Santo, mas onde ela esteja ameaçada pelo crime organizado"

AMEAÇAS DE MORTE

"Está sendo intensificada a proteção dessas pessoas através da missão especial. A idéia é proteger intensamente essas pessoas. Existem dois programas de proteção à testemunha: um do Governo federal e o Proviata. Os dois serão intensificados e nós vamos pedir ao gover-

nador que também colabore na proteção dessas testemunhas"

REFORÇO

"A missão especial está só começando e, se houver necessidade de maior contingente, ele será deslocado. O Governo federal não vai desistir, de maneira nenhuma, de fazer a investigação e de fazer a repressão ao crime organizado. A missão especial poderá ganhar um reforço: mais recursos humanos, mais recursos materiais"

SCUDERIE LE COCQ

"A orientação do Ministério da Justiça é de que as pessoas que estejam à frente dessa missão tenham absoluta isenção em termos objetivos. Independente da subjetividade e da culpa. É evidente que, quando há participação na Scuderie Le Cocq, que está sendo objeto de investigação, falta a necessária isenção para a investigação. Por isso mesmo, quem estiver nessa situação será afastado"

AUTORIDADES

"Em um estado de direito ninguém está à margem da lei. Não importa se são autoridades ou cidadãos comuns. Se houver necessidade de investigação, ela será realizada"

RESULTADOS

"Eu torço para que essa missão

acabe com o crime organizado no Espírito Santo. Tenho certeza de que vamos conseguir um resultado alvissareiro aqui. Com prisões, ações penais e todas as formas que estiverem ao alcance serão utilizadas"

GOVERNADOR

"Eu vim ao Espírito Santo abrir o seminário sobre as vítimas de violência, me reunir com a Polícia Federal e solicitar apoio do governador para ajudar a missão nas medidas policiais que forem necessárias e que a Polícia Federal requisitar. Não necessariamente haverá integração da missão especial e das forças estaduais. Apenas naquilo que a Polícia Federal requisitar"

PARCERIA

"Eu não vim fazer cobranças ao governador. Ao contrário, vim apresentar a ele a força policial federal que está à disposição. Vim fazer com o governador uma parceria no combate ao crime organizado"

REUNIÃO NA POLÍCIA FEDERAL

"O que eu vim transmitir à missão especial é a determinação do Governo federal em cumprir a lei. E é isso que estamos fazendo. As informações que existem serão tabuladas, coletadas e avaliadas. E somente após a avaliação é que vou me manifestar"